

A SUPERVALORIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR

Camila De Oliveira Bicalho

Sistemas de provas, cronogramas, assuntos selecionados foram concepções pensadas para dar oportunidades àqueles que conseguem se adaptar a esses princípios e atingir o padrão criado, quem não se enquadrar é excluído, sendo considerado como indivíduo incapaz de aprender. Tunes (2011) já demonstrou que a escola não tem como finalidade traçar um caminho mais fácil na vida da pessoa ao longo do conhecimento acumulado, isso foi um mito criado socialmente. Illich (1970) já criticava a forma como as escolas ditavam o que deveria ser ensinado e como os padrões adotados não consideravam as especificidades do local, levando a uma segregação entre os habitantes, poucos poderiam se adaptar a essa educação. Diante do que foi dito, questiono: por que somente o conhecimento escolar é legitimado socialmente? Por que não são reconhecidas de modo semelhante outras formas de saber?

A escola, desde a sua origem, foi pensada como um meio de moldar o cidadão para a vida em sociedade, de modo que os indivíduos não demandados para as atividades manuais ou físicas tivessem acesso às colocações de gerenciamento e liderança. Assim, fica a critério da instituição escolar manter cada pessoa no lugar que lhe cabe socialmente – classe dominante domina e classe popular trabalha duro (SOUZA, 2017). Infelizmente, isso não mudou até hoje, o ensino de qualidade continua restrito a uma parcela da população e permanece como forma de encaixar os alunos dentro de um padrão, que tem como principal modelo de avaliação do ensino médio para ingressar a universidade o ENEM.

As vias utilizadas para levar o ensino até os alunos neste momento de pandemia e isolamento social é um exemplo da ruptura existente entre sociedade e escola. Enquanto as instituições particulares de ensino promovem educação a distância por meio de videoaulas, escolas públicas tentam dar continuidade ao conteúdo pela televisão e aulas em plataformas do tipo *Moodle*. Apesar da boa intenção dos sistemas de ensino, isso representa a exclusão dos alunos que não têm televisão ou acesso a uma internet de qualidade. E mais, no que se refere ao ENEM, a chance de muitos desses alunos ingressarem na faculdade se vê ameaçada pela instabilidade decorrente de algumas decisões tomadas no âmbito da administração pública. Uma dessas ações diz respeito à polêmica do ENEM, cuja data de aplicação não seria adiada a princípio, pois, na visão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, esse exame não tem como finalidade atender às demandas causadas por injustiças sociais, e sim selecionar os melhores candidatos. Tal posicionamento desconsidera as particularidades de cada um e as

dificuldades que muitos estudantes estão enfrentando, perpetuando assim a exclusão no meio escolar.

A escolarização popular no Brasil foi mal planejada desde o princípio. As escolas eram destinadas as crianças de famílias ricas, que, novamente, não precisavam exercer atividades manuais ou físicas, no caso, trabalho em fazenda e engenhos. Estudar por meio do ensino formal escolar não era uma obrigação do Estado (SOUZA, 2017). A implementação das escolas se deu de forma inversa, primeiro as universidades, o ensino secundário, com o foco em passar nos exames que os levariam ao ensino superior, e então a educação básica, que, em vez de focar nesse período de descoberta e experimentação em que a criança se encontra, tem como objetivo a preparação para os futuros exames que vão realizar (SOUZA, 2017). Desde sua origem até a contemporaneidade, permanece assim o pensamento da eterna busca por uma formação futura. Às crianças são ensinadas determinadas matérias, de uma forma específica, para então chegar ao ensino médio e padronizar sua forma de pensar, com o objetivo de passar em uma prova, para então, ingressar na universidade e fazer sua pós-graduação, mestrado, doutorado, etc. Ou seja, para a sociedade, quanto mais ensino escolarizado o sujeito tem, mais oportunidades lhes serão oferecidas. Não apenas isso, mas, quanto mais se avança o nível da formação, menor é o grupo que consegue alcançá-lo. Isso se dá por razões de ordem financeira, prestígio, oportunidades, acessibilidade e outros, fazendo com que o conhecimento formal fique cada vez mais restrito a uma parcela da população.

Illich (1970) afirma que a escolarização, segundo a sociedade, é um caminho que gera os melhores resultados, mas que, na realidade, faz o sujeito se confundir. Isso porque ao pensar que diploma é sinal de competência e que o ensinar feito dentro das escolas gera necessariamente o aprendizado, pode-se provocar a exclusão dos alunos, sobretudo nas situações em que o tempo dos estudantes e suas dificuldades não são levados em conta. É compreensível pensar que, quanto maior o investimento na educação, mais capacitado o sujeito estará e, conseqüentemente, melhor será sua colocação na sociedade, mas o que ocorre na prática é uma padronização do pensamento dentro das instituições. Logo, quem tem mais sucesso não é aquele que desenvolveu melhor o axioma crítico ou que discorreu sobre algo novo dentro do que já estava posto, e sim quem teve o pensamento moldado para repetir e ouvir passivamente aquilo que os professores e as instituições diziam.

Pensar além do que está dado gera penalidade aos alunos, pois não se enquadrar na norma desejada pode gerar queda de desempenho ou reprovação. Um exemplo disso seria o aluno querer trazer uma perspectiva diferente sobre um assunto abordado em sala e ter seu pensamento invalidado pelos professores ou, até mesmo, que não lhe seja sequer possibilitado

o desenvolvimento de determinado assunto sob uma perspectiva que não se enquadra no currículo que o educador é obrigado a cumprir.

Brandão (1940) aponta, em sua obra, que a educação não se encontra apenas na instituição escolar e que o professor profissional não é o único a deter o saber para, então, passar aos seus alunos que nada saberiam. A educação tem diversas formas, pode ocorrer em uma troca de conhecimento entre pessoas, na observação, na experimentação, no conhecimento que se faz em outros lugares, pela vivência de momentos únicos. O aprender se mostra em diversas formas e tem vários nomes, a educação não precisa de um modelo rígido para existir, ela pode ser livre, flexível às dificuldades e formas de aprendizagem dos alunos. Infelizmente, sabe-se que qualquer forma de conhecimento advindo de um meio que não seja o formal é desvalorizado pela sociedade, pois se o pensamento não é padronizado, ele não serve.

Lamentavelmente percebe-se que o sistema escolarizado do jeito que é feito está muito enraizado e rígido para perceber os próprios erros, assim como formas de saná-los. E, ainda assim, serve para os seus propósitos, o de moldar os sujeitos dentro de um modelo para se tornar cidadão e perpetuar as desigualdades presentes na sociedade. De acordo com essa lógica, quem tem mais poder aquisitivo permanece como o melhor, enquanto aqueles com dificuldades em se enquadrar e recursos limitados são mantidos como “fracassos”.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis, Vozes, 1970.

SOUZA, J. M. E.. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TUNES, E.; PEDROSA, L.. O Silêncio ou a Profanação do Outro. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**. Rio de Janeiro, 2011.